

Ofício Nº 61 G/SG/AFEPA/SALC/SAMP/PARL

Brasília, 18 de junho de 2025.

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E nº 148/2025, de 12 de maio de 2025, pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento de Informação nº 1278/2025, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em que "requer, nos termos constitucionais e regimentais, o encaminhamento, por meio da Mesa Diretora desta Casa, de pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores, a respeito da notícia que a Agência Brasileira de Inteligência - Abin, executou uma ação que invadiu computadores de autoridades do governo do Paraguai, executada com a autorização do atual diretor, Luiz Fernando Côrrea", presto os seguintes esclarecimentos.

PERGUNTA 1

O Ministério das Relações Exteriores está ciente da operação realizada pela ABIN, que envolveu a invasão de computadores de autoridades do governo paraguaio? Qual é o posicionamento oficial do MRE sobre essa ação, especialmente considerando as implicações diplomáticas com o Paraguai?

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

PERGUNTA 2

A operação da ABIN visou obter informações sigilosas relacionadas às negociações de tarifas da usina hidrelétrica de Itaipu. O Ministério das Relações Exteriores pode esclarecer como o Governo brasileiro justifica essa ação, que envolve um assunto de grande relevância bilateral entre Brasil e Paraguai? O MRE considera essa ação compatível com a diplomacia e a boa-fé nas negociações entre os dois países?

PERGUNTA 3

Dado que a operação da ABIN invadiu dispositivos de autoridades paraguaias, o Ministério das Relações Exteriores reconhece que essa ação pode ser vista como uma violação da soberania do Paraguai? Quais passos o MRE está tomando para mitigar os danos diplomáticos resultantes dessa invasão e garantir que as relações bilaterais não sejam comprometidas?

PERGUNTA 4

A operação foi autorizada pelo atual diretor da ABIN, Luiz Fernando Corrêa. O MRE teve algum envolvimento nessa decisão de autorizar uma ação de inteligência de tal magnitude, considerando o impacto potencial nas relações internacionais do

Fls. 3 do Ofício Nº

G/SG/AFEPA/SALC/SAMP/PARL

Brasil?

PERGUNTA 5

Como o Ministério das Relações Exteriores planeja lidar com as possíveis repercussões dessa invasão de computadores nas relações entre o Brasil e o Paraguai? Quais medidas o MRE está tomando para restaurar a confiança do governo paraguaio e garantir que a situação não prejudique acordos futuros, especialmente sobre Itaipu?

PERGUNTA 6

O MRE tem alguma iniciativa em andamento para explicar formalmente o ocorrido ao governo paraguaio, esclarecer as motivações e, se necessário, pedir desculpas? Há alguma previsão de um encontro bilateral para tratar desse incidente de forma oficial e resolver as questões que surgiram?

PERGUNTA 7

Considerando os princípios de respeito à privacidade e aos direitos soberanos, o Ministério das Relações Exteriores pode garantir que o Brasil tomará medidas para prevenir futuras ações que possam ser interpretadas como intrusões ilegais em outros

Fls. 4 do Ofício Nº

G/SG/AFEPA/SALC/SAMP/PARL

países, especialmente em tempos de crescente vigilância digital?

PERGUNTA 8

O MRE está avaliando a necessidade de revisar ou alterar a postura diplomática do Brasil em relação às operações de inteligência, a fim de garantir que elas respeitem integralmente as normas internacionais e os direitos das nações soberanas? Que tipo de mudanças, se houver, o Ministério pretende implementar para evitar futuros incidentes?

PERGUNTA 9

Como o Ministério das Relações Exteriores pretende lidar com as possíveis reações de outros países e organismos internacionais diante dessa operação da ABIN, que pode ser vista como uma violação das normas de espionagem e soberania entre Estados? O MRE já recebeu manifestações de preocupação de outros países ou de organismos internacionais?

PERGUNTA 10

O Ministério das Relações Exteriores tem alguma preocupação com a forma como a ABIN tem conduzido suas operações de inteligência, especialmente no contexto de

Fls. 5 do Ofício Nº

G/SG/AFEPA/SALC/SAMP/PARL

ações que envolvem outros países? Há uma revisão interna dos processos da ABIN para garantir que tais ações sejam conduzidas de maneira responsável e dentro dos limites da lei?

RESPOSTA ÀS PERGUNTAS 1 e 4

2. O Ministério das Relações Exteriores teve conhecimento da mencionada operação da ABIN por meio das notícias veiculadas na mídia na manhã de 31 de março. O posicionamento oficial do Governo brasileiro consta da Nota à Imprensa nº 146, publicada na tarde do mesmo dia, acessível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/esclarecimento-sobre-acao-de-inteligencia>.

RESPOSTA À PERGUNTA 2

3. Questões sobre eventuais justificativas para a ação devem ser dirigidas à ABIN. A posição do MRE é de reiteração do compromisso do governo brasileiro com o respeito e o diálogo transparente como elementos fundamentais nas relações diplomáticas com o Paraguai e com todos os seus parceiros na região e no mundo, conforme consta da Nota à Imprensa nº 146.

RESPOSTA ÀS PERGUNTAS 3, 5 e 6

4. O MRE não tem conhecimento da efetividade, do alcance ou de quaisquer outros pormenores da operação da ABIN. Este Ministério tem buscado transmitir os esclarecimentos cabíveis ao Governo paraguaio e mantém-se em contato regular com as autoridades paraguaias, com vistas a restabelecer a confiança mútua e garantir a continuidade e o aprimoramento da relação bilateral.

5. Ademais de contatos informais, os ministros das Relações Exteriores de Brasil e Paraguai reuniram-se em 10 de abril corrente, à margem da Reunião de Chanceleres do Mercosul, em Buenos Aires.

RESPOSTA ÀS PERGUNTAS 7, 8 e 10

6. O Ministério das Relações Exteriores não tem competência para planejar ou conduzir operações de inteligência.

RESPOSTA À PERGUNTA 9

7. Até o presente momento, este Ministério não tem conhecimento de manifestações diplomáticas por parte de terceiros países e de organizações internacionais sobre o assunto. Cabe ressaltar que inexistem normas específicas no âmbito do direito internacional que tratem de espionagem.

Fls. 7 do Ofício Nº

G/SG/AFEPA/SALC/SAMP/PARL

Atenciosamente,

MAURO VIEIRA
Ministro das Relações Exteriores

